

# Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras  
de 30 de junho de 2023  
com Relatório do Auditor  
Independente

Banco Randon S.A.  
CNPJ 11.476.673/0001-39  
NIRE 43300051412

## Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 11 de agosto de 2023.

1º Semestre de 2023

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios da Randoncorp. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios da Randoncorp. Além disso, vêm sendo promovidas iniciativas para o desenvolvimento de soluções financeiras digitais e para o aumento da sinergia com as demais unidades de negócios. O Banco também tem desenvolvido e promovido ações que visam atuar de forma mais ativa com fomento de produtos e serviços voltados ao setor de transporte e logística.

Desempenho: O Banco encerrou o 1º semestre de 2023 com carteira de crédito de R\$ 1.829,0 milhões, sendo 96% classificados nos *ratings* AA, A e B. No semestre, o Banco gerou receitas da intermediação financeira no valor de R\$ 152,9 milhões e apresentou lucro líquido de R\$ 8 milhões.

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Negócios sociais - O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP) que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social para o exercício da cidadania, promovendo a melhoria da qualidade de vida; Programa Florescer Iniciação Profissional, realizado por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o programa atende adolescentes entre 15 e 16 anos, que participam de um curso técnico-profissionalizante na área de Assistente Administrativo e Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

## Conselho de Administração:

Alexandre Randon – Presidente

Jaime Marchet – Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina - Conselheiro

## Diretoria:

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti – Diretor Administrativo

David Jose Teixeira Felix – Diretor Comercial

# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas do,  
**Banco Randon S.A.**  
Caxias do Sul - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 11 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC-RS062793/O-8

## Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades	5	63	78
Instrumentos financeiros		1.945.855	1.813.227
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	60.144	148.969
Títulos e valores mobiliários	6	56.487	26.002
Relações Interfinanceiras	7	171	163
Operações de crédito	8.a	1.785.817	1.564.207
Outros créditos	8.a	43.236	73.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(26.257)	(19.223)
Operações de crédito		(25.943)	(18.760)
Outros créditos		(314)	(463)
Ativos fiscais		19.835	14.212
Diferidos	18	19.835	14.212
Outros ativos	9	18.461	7.452
Créditos diversos		11.575	570
Outros valores e bens		6.886	6.882
Imobilizado de uso	10	946	377
Imobilizações de uso		1.408	859
(Depreciação acumulada)		(462)	(482)
Intangível	10	4.420	1.630
Ativos intangíveis		5.098	2.153
(Amortização acumulada)		(678)	(523)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.963.323</b>	<b>1.817.753</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.589.368	1.520.217
Depósitos	11	695.067	779.452
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	54.497	50.832
Obrigações por empréstimos e repasses	12	839.804	689.933
Provisões	13	840	840
Obrigações fiscais correntes e diferidas	14	9.110	12.036
Outros passivos	15	17.018	16.645
<b>Patrimônio líquido</b>	16	<b>346.987</b>	<b>268.015</b>
Capital social		306.000	235.000
Reservas de lucros		33.371	32.972
Ajustes de avaliação patrimonial		43	43
Lucros acumulados		7.573	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.963.323</b>	<b>1.817.753</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

### Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Receitas da intermediação financeira		152.953	94.430
Operações de crédito	17	140.217	88.839
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.736	5.591
Despesas da intermediação financeira		(113.255)	(65.445)
Operações de captação no mercado	11	(53.793)	(35.404)
Operações de empréstimos e repasses	12	(47.950)	(27.021)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos	8.d	(11.512)	(3.020)
Resultado bruto da intermediação financeira		39.698	28.985
Outras receitas/despesas operacionais		(25.412)	(16.941)
Receitas de prestação de serviços		55	34
Rendas de tarifas bancárias		1.178	1.164
Despesas de pessoal		(6.480)	(5.251)
Outras despesas administrativas	19	(17.314)	(11.035)
Despesas tributárias		(2.604)	(1.703)
Outras receitas operacionais		1.236	75
Outras despesas operacionais		(1.483)	(225)
Resultado antes dos tributos		14.286	12.044
Tributos sobre o lucro	18.a	(6.314)	(5.315)
Provisão para imposto de renda		(6.520)	(4.059)
Provisão para contribuição social		(5.417)	(3.353)
Ativo fiscal diferido		5.623	2.097
Lucro líquido do semestre		7.972	6.729
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	16	290.577	228.838
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$		0,027	0,029
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$		0,027	0,029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

### Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido no semestre	7.972	6.729
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	7.972	6.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047
Integralização de capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.729	6.729
Dividendos AGO 13/04/2022	-	-	(411)	-	-	(411)
Destinação:						
Reserva legal	-	337	-	-	(337)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	235.000	3.187	18.744	42	6.392	263.365
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235.000	3.596	29.376	43	-	268.015
Integralização de capital	71.000	-	-	-	-	71.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	7.972	7.972
Destinação:						
Reserva legal	-	399	-	-	(399)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	306.000	3.995	29.376	43	7.573	346.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa - método indireto**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre		7.972	6.729
<b>Ajustes ao resultado:</b>			
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		11.660	3.821
(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos		(148)	(801)
Constituição de provisão para outros pagamentos		213	56
(Reversão) de provisão de outros valores e bens	9.a	-	(41)
Depreciações e amortizações		195	70
Prejuízo na baixa de imobilizado		8	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18.a	6.314	5.315
Lucro líquido ajustado		26.214	15.149
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(30.485)	(12.835)
(Aumento) em relações interfinanceiras		(7)	-
(Aumento) em operações de crédito		(226.089)	(231.452)
Redução em outros créditos		19.645	133.891
(Aumento) redução em outros valores e bens		(5)	938
(Redução) em depósitos interfinanceiros		(137.485)	(71.477)
Aumento em depósitos a prazo		53.102	23.418
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras		3.665	-
(Redução) em outros depósitos		(2)	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		149.870	70.492
Aumento em outras obrigações		3.705	8.629
(Redução) em resultados de exercícios futuros		-	(5.762)
Impostos pagos sobre o lucro		(14.863)	(10.275)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(152.735)	(79.284)
<b>Aquisição de imobilizado de uso</b>			
Aquisição de intangível	10	(616)	(90)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	10	(2.945)	(1.017)
<b>Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento</b>			
Dividendos pagos	16.b	(3.544)	(2.716)
Integralização de capital	16.a	71.000	50.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		67.456	47.284
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(88.840)</b>	<b>(33.107)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	149.047	35.945
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	5	60.207	2.838
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(88.840)</b>	<b>(33.107)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pela Randoncorp disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Compror (Compror e *Floor Plan*) e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

### 1.1 Resolução CMN nº 4.966/21 – IFRS 9

Em atendimento ao artigo nº 76 da do referido normativo, o Banco Randon preparou um plano de implementação, sendo este preparado e aprovado pelo conselho de administração, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

Estamos atuando no projeto desde o final do 1º semestre de 2023. Para a implementação do normativo, o Banco conta com o apoio de uma consultoria técnica especializada. Até o momento, várias discussões foram e tem sido promovidas com intuito de apuração de diagnóstico contábil, servindo também como subsídios para o início do desenvolvimento dos itens relacionados ao processo de implementação propriamente ditos, seguindo de acordo com o cronograma previsto no plano. Até o momento não foram estimados os impactos nas demonstrações financeiras.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.818/20;

- CPC 04 (R1) – Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – Resolução CMN 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro – Resolução CMN 4.924/21;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.924/21.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 11 de agosto de 2023.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

#### b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Apresentação do balanço patrimonial

Considerando o exposto no art. 23 da Resolução BCB 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, e não mais segregadas em circulante e não circulante, sendo a segregação apresentada apenas nas notas explicativas correspondentes. O conceito de segregação em circulante e não circulante, obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 do mesmo normativo.

#### d) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação.

#### e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

g) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

h) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento de ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("*accrual*") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("*write-offs*") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

i) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN, sendo o montante registrado em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

l) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

m) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos (licenças de uso de software e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 10, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

n) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado.

## o) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

## p) Obrigações por empréstimos e repasses e letras financeiras

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas “*pro rata*” dia com base na taxa efetiva das operações.

## q) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

## r) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

## s) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no semestre para contribuição social são de 20% e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

t) Rendas diferidas – taxa subsidiada (Bônus por financiamento)

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. Os saldos dessas receitas a diferir estão classificadas no grupo Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – País (Nota 15.a.).

u) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, no período.

v) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado à Randoncorp, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados da Randoncorp.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações da Randoncorp, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

#### w) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

### 4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

#### a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

#### b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 18.

#### c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	22.248	34.856
Notas do Tesouro Nacional	37.896	114.113
	<u>60.144</u>	<u>148.969</u>
Disponibilidades	63	78
<b>Total</b>	<b>60.207</b>	<b>149.047</b>
Circulante	60.207	149.047

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado, sendo estes com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

## 6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Até 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2023	Valor de Custo	Marcação a mercado	31/12/2022
			Valor de mercado (contábil)			Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	27	56.460	56.487	56.501	14	26.002

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

## 7. Relações interfinanceiras

	30/06/2023	31/12/2022
Créditos vinculados – Ativo		
Depósitos de moeda eletrônica no Banco Central (a)	9	11
Conta de pagamento instantâneo no Banco Central	162	152
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>163</b>
Circulante	171	163

(a) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas (Nota 11).

## 8. Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são assim sumarizadas:

### a) Composição da carteira por modalidade

	30/06/2023		31/12/2022	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
<b>Operações de Crédito</b>				
Empréstimos (a)	20.397	1,1	21.723	1,32
Direitos creditórios descontados	15.245	0,8	37.936	2,32
Financiamentos (b)	1.750.175	95,7	1.504.548	91,85
<b>Total</b>	<b>1.785.817</b>	<b>97,6</b>	<b>1.564.207</b>	<b>95,49</b>
Circulante	1.087.347	59,4	949.642	57,97
Não circulante	698.470	38,2	614.565	37,52
<b>Outros créditos</b>				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	41.393	2,3	71.721	4,38
Financiamento ativos não financeiros (d)	1.843	0,1	2.165	0,13
<b>Total</b>	<b>43.236</b>	<b>2,4</b>	<b>73.886</b>	<b>4,51</b>
Circulante	41.998	2,3	72.499	4,43
Não circulante	1.238	0,1	1.387	0,08
<b>Total da carteira</b>	<b>1.829.053</b>	<b>100,00</b>	<b>1.638.093</b>	<b>100,00</b>

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compro (Compro e Floor Plan).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

(d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	30/06/2023		31/12/2022	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
<b>Vencidos:</b>				
Até 90 dias	8.358	0,46	5.319	0,32
De 91 até 360 dias	2.508	0,14	1.497	0,09
Acima de 361 dias	4	-	2	0,01
<b>Total vencidos</b>	<b>10.870</b>	<b>0,60</b>	<b>6.818</b>	<b>0,42</b>
<b>A vencer:</b>				
Até 90 dias	828.049	45,27	737.444	45,02
De 91 até 360 dias	290.426	15,88	277.879	16,96
Acima de 361 dias	699.708	38,26	615.952	37,60
<b>Total a vencer</b>	<b>1.818.183</b>	<b>99,40</b>	<b>1.631.275</b>	<b>99,58</b>
<b>Total</b>	<b>1.829.053</b>	<b>100,00</b>	<b>1.638.093</b>	<b>100,00</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>				
Circulante	(14.164)	53,94	(11.234)	58,44
Não circulante	(11.779)	44,86	(7.526)	39,15
<b>Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(25.943)</b>	<b>98,80</b>	<b>(18.760)</b>	<b>97,59</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos</b>				
Circulante	(308)	1,18	(456)	2,37
Não circulante	(6)	0,02	(7)	0,04
<b>Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos</b>	<b>(314)</b>	<b>1,20</b>	<b>(463)</b>	<b>2,41</b>
<b>Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(26.257)</b>	<b>100,00</b>	<b>(19.223)</b>	<b>100,00</b>
<b>Total da carteira líquida das provisões</b>	<b>1.802.796</b>		<b>1.618.870</b>	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	30/06/2023		31/12/2022	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	47.526	2,60	37.276	2,27
20 maiores devedores seguintes	453.150	24,77	411.259	25,11
Demais devedores	1.328.377	72,63	1.189.558	72,62
<b>Total</b>	<b>1.829.053</b>	<b>100,00</b>	<b>1.638.093</b>	<b>100,00</b>

## d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	2.451	-	2.340	-
A	0,50%	1.162.711	5.813	1.056.711	5.283
B	1,00%	588.808	5.888	531.876	5.319
C	3,00%	45.332	1.360	20.786	624
D	10,00%	11.776	1.178	11.643	1.164
E	30,00%	1.777	533	3.556	1.067
F	50,00%	2.389	1.194	1.257	629
G	70,00%	818	573	852	596
H	100,00%	9.712	9.712	4.534	4.534
<b>Total</b>		<b>1.825.774</b>	<b>26.251</b>	<b>1.633.555</b>	<b>19.216</b>

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	2.045	2	3.100	3
B	1,00%	965	2	1.113	2
C	3,00%	269	2	325	2
<b>Total</b>		<b>3.279</b>	<b>6</b>	<b>4.538</b>	<b>7</b>

<b>Total da carteira</b>	<b>1.829.053</b>	<b>26.257</b>	<b>1.638.093</b>	<b>19.223</b>
--------------------------	------------------	---------------	------------------	---------------

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI - Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	19.223	13.357
Constituição de provisão	31.672	28.615
Reversão de provisão	(20.160)	(19.683)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(4.478)	(3.066)
<b>Saldo final</b>	<b>26.257</b>	<b>19.223</b>

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.h.

## e) Composição da carteira por indexador

	30/06/2023		31/12/2022	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	1.457.720	79,70	1.255.940	76,67
Operações pós-fixadas	371.333	20,30	382.153	23,33
<b>Total</b>	<b>1.829.053</b>	<b>100,00</b>	<b>1.638.093</b>	<b>100,00</b>

## f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	30/06/2023		31/12/2022	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	79.585	4,35	127.397	7,77
Comércio	740.051	40,46	595.386	36,35
Serviços	988.488	54,05	895.364	54,66
Pessoa jurídica	1.808.124	98,86	1.618.147	98,78
Pessoa física	20.929	1,14	19.946	1,22
<b>Total</b>	<b>1.829.053</b>	<b>100,00</b>	<b>1.638.093</b>	<b>100,00</b>

g) No semestre findo em 30 de junho de 2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados para prejuízo no montante de R\$163 (R\$5 no semestre findo em 30 de junho de 2022). – (Nota 17).

h) No semestre findo em 30 de junho de 2023, foram renegociadas operações no total de R\$314.916 (R\$283.371 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

## i) Cessões de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$41.393 (R\$71.721 no exercício de 2022). Deste montante, R\$37.244 é referente a duplicatas de fornecedores da Randoncorp e R\$4.149 refere-se a duplicatas de terceiros. As operações adquiridas geraram resultado de R\$4.302 no período (R\$8.242 no exercício de 2022). No semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

## 9. Outros ativos

	30/06/2023	31/12/2022
Outros créditos diversos	11.575	570
Adiantamentos diversos	328	99
Devedores diversos – país (a)	11.124	348
Depósitos judiciais (Nota 13)	123	123
Outros valores e bens	6.886	6.882
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (b)	6.785	6.785
Despesas antecipadas	101	97
<b>Total</b>	<b>18.461</b>	<b>7.452</b>
Circulante	11.676	667
Não circulante	6.785	6.785

a) Em Devedores diversos – país, R\$10.924 referem-se a valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de junho, repassados ao Banco em D+1.

**b) Ativos não financeiros mantidos para venda**

		30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Provisão para desvalorização	Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	8.798	(1.620)	(393)	6.785	6.785
<b>Total</b>	<b>8.798</b>	<b>(1.620)</b>	<b>(393)</b>	<b>6.785</b>	<b>6.785</b>

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.013	1.433
Constituição de provisão	-	644
Reversão de provisão	-	(64)
<b>Saldo final</b>	<b>2.013</b>	<b>2.013</b>

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

## 10. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2022		30/06/2023				30/06/2023		Taxas anuais depreciação/amortização % (*)
	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação/Amortização	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	
Mobiliário	264	(208)	299	(64)	-	52	499	(156)	15,5%
Equip. de processamento de dados	439	(214)	39	-	-	(26)	478	(240)	35,7%
Equip. de comunicação e segurança	156	(60)	-	(3)	-	(6)	153	(66)	19,5 e 25,2%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	278	-	-	-	278	-	16,22% (**)
Imobilizado de uso	859	(482)	616	(67)	-	(20)	1.408	(462)	
Sistemas de processamento de dados	1.191	(346)	-	-	705	(155)	1.896	(501)	
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	785	-	2.945	-	(705)	-	3.025	-	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	-	-	-	177	(177)	
Intangível	2.153	(523)	2.945	-	-	(155)	5.098	(678)	20%

(\*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2022, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

(\*\*) A taxa anual de depreciação foi calculada com base no prazo residual do contrato de aluguel.

## 11. Depósitos e instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2023, as captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letra Financeira com vencimentos até junho de 2028, sujeitos a encargos financeiros a CDI mais spread fixo e pré-fixadas até 15,15% ao ano (até 15,15 % ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI 99% a 135% a.a. (99% a 135% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos e instrumentos financeiros apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

30/06/2023						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total
Interfinanceiros	-	77.116	-	-	-	77.116
A prazo	-	154.695	160.386	183.749	119.112	617.942
Outros depósitos (a)	9	-	-	-	-	9
Letras financeiras	-	-	54.497	-	-	54.497
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>231.811</b>	<b>214.883</b>	<b>183.749</b>	<b>119.112</b>	<b>749.564</b>
Circulante						231.820
Não circulante						517.744

(a) Refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, sem remuneração (Nota 7).

31/12/2022						
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total
Interfinanceiros	-	214.600	-	-	-	214.600
A prazo	-	112.725	130.840	114.031	207.245	564.841
Outros depósitos (a)	11	-	-	-	-	11
Letras financeiras	-	-	50.832	-	-	50.832
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>327.325</b>	<b>181.672</b>	<b>114.031</b>	<b>207.245</b>	<b>830.284</b>
Circulante						327.336
Não circulante						502.948

No semestre findo em 30 de junho de 2023, as operações de captações no mercado geraram despesas de R\$53.793 (R\$35.404 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

## 12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuíam vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023 e já foram todas liquidadas. Tais recursos foram repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2029.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,70% a.a. a 9,54% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 15,90% a.a. a 16,01% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 5,49% a.a. a 5,59% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	30/06/2023				
	Circulante			Não circulante	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – FINAME	71.227	195.891	267.118	572.686	839.804
<b>Total</b>	<b>71.227</b>	<b>195.891</b>	<b>267.118</b>	<b>572.686</b>	<b>839.804</b>

	31/12/2022				
	Circulante			Não circulante	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	602	400	1.002	-	1.002
Repasses do País – FINAME	56.098	165.419	221.517	467.414	688.931
<b>Total</b>	<b>56.700</b>	<b>165.819</b>	<b>222.519</b>	<b>467.414</b>	<b>689.933</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2023, as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$47.950 (R\$27.021 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

### 13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Natureza	30/06/2023					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível	Quantidade	Valor
Trabalhista	840	4	2.105	3	123	10
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>4</b>	<b>2.105</b>	<b>3</b>	<b>123</b>	<b>10</b>

Natureza	31/12/2022					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível	Quantidade	Valor
Trabalhista	840	4	2.105	3	123	10
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>4</b>	<b>2.105</b>	<b>3</b>	<b>123</b>	<b>10</b>

	30/06/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos judiciais (Nota 9)	123	-	123	-
Provisão para riscos trabalhistas	840	-	840	-

**Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas**

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	840	840
Constituição de provisão	-	-
Saldo final	840	840

**14. Obrigações fiscais correntes e diferidas**

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	9.048	11.982
Impostos e contribuições diferidos	62	54
<b>Total</b>	<b>9.110</b>	<b>12.036</b>
Circulante	9.110	12.036

**15. Outros passivos**

	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores e outros credores diversos	662	621
Bônus por financiamento (a)	9.098	6.935
Salários e encargos	1.789	1.420
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.170	798
Fiscais e previdenciárias (b)	1.736	1.291
Sociais e estatutárias	630	4.361
Outras obrigações diversas (c)	1.933	1.219
<b>Total</b>	<b>17.018</b>	<b>16.645</b>
Circulante	16.198	16.339
<b>Não circulante</b>	<b>820</b>	<b>306</b>

(a) Do montante, em 30 de junho de 2023, R\$9.065 refere-se a comissões por financiamento, que representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas da Randoncorp (R\$6.935 em 31 de dezembro de 2022) e R\$33 com distribuidor Randoncorp. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Floor Plan, conforme contratos de convênio firmado entre as Empresas.

(b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2023, o capital social é de R\$306.000 (R\$235.000 em 31 de dezembro de 2022), representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	30/06/2023	31/12/2022
Ordinárias	145.288.578	114.419.012
Preferenciais	145.288.578	114.419.012
<b>Total</b>	<b>290.577.156</b>	<b>228.838.024</b>

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2023 e homologada junto ao BACEN em 30 de março de 2023, foi autorizado o aumento do capital social em R\$71.000, mediante a emissão de 30.869.566 ações ordinárias e 30.869.566 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 30 de março de 2023.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2022 e homologada junto ao BACEN em 12 de maio de 2022, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 22.321.429 ações ordinárias e 22.321.429 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 03 de março de 2022.

### b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 27 de abril de 2023, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$3.544, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2022.

No 1º semestre de 2023 e exercício findo em 2022, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no início do semestre/exercício	3.544	2.305
Dividendos complementares provisionados	-	411
Dividendos provisionados	-	3.544
Pagamentos realizados no semestre/exercício	(3.544)	(2.716)
<b>Saldo atual no semestre/exercício</b>	<b>-</b>	<b>3.544</b>
Dividendo por lote de mil ações - R\$	-	0,015

### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2023.

## d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

**17. Receita da intermediação financeira – operações de crédito**

	30/06/2023	30/06/2022
Empréstimos	2.072	1.476
Direitos creditórios descontados	6.683	6.262
Financiamentos	131.299	81.096
Recuperação de prejuízo (Nota 8.g)	163	5
<b>Total</b>	<b>140.217</b>	<b>88.839</b>

**18. Imposto de renda e contribuição social**

## a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 30 de junho de 2023 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%.

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.286	12.043
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente	(6.429)	(5.420)
Adições permanentes	(136)	(49)
Exclusões permanentes	239	120
Outros ajustes	12	34
<b>Total</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(5.315)</b>
IRPJ e CSLL provisão corrente	(11.929)	(7.412)
IRPJ e CSLL provisão diferida	(8)	-
IRPJ e CSLL ativo diferido	5.623	2.097
<b>IRPJ e CSLL registrados no resultado</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(5.315)</b>
Alíquota efetiva	44%	44%

**b) Movimentação dos créditos tributários**

A movimentação dos créditos tributários em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
<b>Adições temporárias</b>				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.171	16.806	(12.527)	13.450
Receitas diferidas	3.121	24.907	(23.934)	4.094
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	30	276	(22)	284
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	729	-	-	729
Provisão despesas de matricialidade	526	604	(526)	604
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	-	378
Outros	257	75	(36)	296
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>14.212</b>	<b>42.668</b>	<b>(37.045)</b>	<b>19.835</b>

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
<b>Adições temporárias</b>				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.305	15.785	(12.919)	9.171
Receitas diferidas	2.593	38.632	(38.104)	3.121
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	52	473	(495)	30
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	450	279	-	729
Provisão despesas de matricialidade	-	972	(446)	526
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	-	378
Outros	240	181	(164)	257
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>10.018</b>	<b>56.322</b>	<b>(52.128)</b>	<b>14.212</b>

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	30/06/2023	31/12/2022
2023	5.922	5.027
2024	6.450	5.365
2025	7.202	3.795
2026	243	-
2027	18	25
Mais de 5 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>19.835</b>	<b>14.212</b>

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 14,24% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$16.136 (R\$11.055 em 31 de dezembro de 2022 à taxa de 14,37% a.a.).

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

## 19. Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de serviços técnicos especializados	8.345	4.465
Despesas de processamento de dados	6.250	5.082
Participação dos empregados	691	520
Despesas de promoções e relações públicas	327	103
Despesas de serviços do sistema financeiro	281	187
Despesas de viagem no país	274	126
Despesas de contribuições filantrópicas	213	89
Despesas de aluguéis	124	93
Despesas de comunicação	96	94
Outras despesas administrativas	713	276
<b>Total</b>	<b>17.314</b>	<b>11.035</b>

## 20. Transações com partes relacionadas

### a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos		Diversos	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Randon S.A. Implementos e Participações	8.575	3.831	(42)	(19)	-	251
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	14.296	32.127	(71)	(163)	-	-
Fras-le S.A.	4.844	1.699	(24)	(9)	-	-
Freios Controil Ltda.	243	62	(1)	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	4.890	368	(24)	(2)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	3.515	3.370	(17)	(17)	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	111	164	(1)	(1)	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	169	113	(1)	(1)	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	684	-	-	-	-
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	38	15	-	-	-	-
Randon Tech Solutions Industry Ltda.	10	7	-	-	-	-
Randon Messias Implementos Para o Transporte Eireli	827	139	(9)	(2)	-	-
Fundituba Industria Metalúrgica Ltda.	110	5.035	(1)	(25)	-	-
Centro Tecnológico Randon Ltda.	2	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>37.630</b>	<b>47.614</b>	<b>(191)</b>	<b>(239)</b>	<b>-</b>	<b>251</b>

	Passivo					
	Depósitos a prazo		Outros depósitos		Credores diversos (*)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Randon S.A. Implementos e Participações	(162.017)	(153.858)	-	-	-	(84)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(24.071)	(26.181)	-	-	-	(5)
Randon Corretora de Seguros Ltda.	(1.928)	(5.342)	-	-	-	-
DBServer Assessoria em Sistema	-	-	-	-	(30)	-
Nakata Automotiva Ltda.	(74.486)	(69.515)	-	-	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(6.646)	(6.202)	-	-	-	-
Randoncorp	-	-	-	-	(9.065)	(6.935)
Pessoas físicas	(1.341)	(1.514)	(6)	(6)	-	-
<b>Total</b>	<b>(270.489)</b>	<b>(262.612)</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>	<b>(9.095)</b>	<b>(7.024)</b>

(\*) O montante de R\$9.065 refere-se à equalização de taxa paga pela Randoncorp para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan) e CDC (Nota 15).

	Depósitos a prazo		Resultado Despesa Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
	Randon S.A. Implementos e Participações	(8.263)	(2.193)	(5.170)	(3.315)	(23)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(1.876)	(1.340)	(4.795)	(2.009)	-	-
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	(5)
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda	-	-	-	-	(9)	(1)
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(444)	(118)	-	-	-	-
Nakata Automotiva Ltda.	(4.971)	(1.207)	-	-	-	-
Randon Corretora de Seguros Ltda.	(291)	(186)	-	3	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	(470)	(1)	(1)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(22)	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	(5)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	(1)	(1)	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	(16)	-
Freios Control Ltd.	-	-	-	-	(1)	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	(1)	(1)	-	-
Centro Tecnológico Randon Ltda.	-	-	-	-	(1)	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	(53)	(45)	-	-
Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	(4)
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	(1)
Pessoas físicas	(125)	(27)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(15.970)</b>	<b>(5.541)</b>	<b>(10.020)</b>	<b>(5.374)</b>	<b>(73)</b>	<b>(11)</b>

	Bônus por financiamento		Resultado Receita Prestação de serviços		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
	Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	5	8	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	6	5	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	11	-	-	5
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	7	8	-	20
Fras-le S.A.	-	-	4	2	-	8
Freios Control Ltd.	-	-	-	1	-	2
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	6	8	93	217
Randon Tritel HT Implementos Rodoviários Ltda	-	-	-	-	1	-
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	5	-	-	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	25	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	7
Centro Tecnológico Randon Ltda.	-	-	8	-	-	-
Randoncorp	52.606	35.843	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.606</b>	<b>35.843</b>	<b>52</b>	<b>32</b>	<b>119</b>	<b>261</b>

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$953 (R\$867 em 30 de junho de 2022), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 30 de junho de 2023 são representados por R\$26 (R\$25 em 30 de junho de 2022) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 25.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## 21. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 22. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	427.388	335.113
Nível I (NI)	427.388	335.113
Capital Principal (CP)	427.388	335.113
Capital social	336.000	265.000
Reservas de capital	50.181	79.341
Lucros acumulados	52.884	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	411	411
Ajustes prudenciais	(12.088)	(9.639)
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>2.607.711</b>	<b>2.314.045</b>
Risco de crédito	2.100.301	1.835.537
Risco de mercado	1.248	724
Risco operacional	506.162	477.784
Valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	10.672	10.687
Margem de capital (*)	218.771	149.990
<b>Índice de Basileia</b>	<b>16,39%</b>	<b>14,48%</b>
Capital Nível I	16,39%	14,48%
Capital Principal	16,39%	14,48%

(\*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

## 23. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

### Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Conglomerado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio.

### Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

### Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

## Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

## 24. Análise de sensibilidade

Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, e o histórico dos últimos anos respeitando as variações dos períodos e conforme a natureza de cada conta, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- Carteira de crédito: variação quanto a qualidade da carteira para fins da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possíveis variações visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
- Créditos tributários: resultado das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 17%	Aumento de 33%	Aumento de 50%
Efeito no resultado	(8.509)	17.017	25.723
Item sensibilizado	Carteira de crédito - Variação PCLD		
Premissa	Melhora de 11%	Piora de 22%	Piora de 33%
Efeito no resultado	2.893	(5.786)	(8.674)
Item sensibilizado	Provisão para risco cíveis e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(84)	(168)	(252)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 15%	Aumento de 30%	Aumento de 45%
Efeito no resultado	(2.994)	5.987	8.963

## 25. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco Randon é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2023, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2022.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2022 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$117 (R\$80 em 30 de junho de 2022). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 30 de junho de 2023 é de R\$36 (R\$30 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

## 26. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$50.817 para danos materiais (R\$50.817 em 31 de dezembro de 2022).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

### Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Jaime Marchet

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

### Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Diretor Comercial: David Jose Teixeira Felix

### Contadora

Renata Elisa Zini Gil  
CRC/RS-073143/O-1